

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## » LEGISLAÇÃO «

- 21.** A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção. NÃO é segurado obrigatório da Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213/91:
- a) Aquele que, como empregado, presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
  - b) Aquele que, como empregado doméstico, presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
  - c) Quem, como contribuinte individual, presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
  - d) Quem presta, como trabalhador avulso, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural, definido no Regulamento.
  - e) Quem, maior de 14 (quatorze) anos, não seja: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso ou segurado especial, e seja filiado ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição.
- 22.** Conforme a Lei nº 8.213/91, assinale a alternativa CORRETA acerca dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social:
- a) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido, são dependentes do segurado.
  - b) O irmão não emancipado, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido, também está incluído no rol de dependentes do segurado.
  - c) O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.
  - d) Considera companheira ou companheiro a pessoa que, mesmo sendo casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada.
  - e) A dependência econômica do cônjuge não é presumida, portanto, deve ser comprovada.
- 23.** Quanto às prestações devidas pela Previdência Social, responda qual alternativa está INCORRETA:
- a) A aposentadoria quer seja por invalidez, idade, tempo de contribuição ou especial, o auxílio-doença, o salário-família e o salário-maternidade são exemplos de benefícios devidos ao segurado.
  - b) O dependente faz jus à pensão por morte e ao auxílio-reclusão.
  - c) A reabilitação profissional é devida tanto ao segurado quanto ao dependente.
  - d) O trabalhador avulso não é beneficiário do auxílio-acidente.
  - e) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus à prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

**24.** Conforme preceitua a Lei nº 8.213/91, a respeito de acidente do trabalho, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- b) Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
- c) É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.
- d) Considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- e) Ainda que a doença não produza incapacidade laborativa do segurado, será essa doença considerada do trabalho.

**25.** Os períodos de carência para a concessão das prestações pecuniárias são definidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Considerando esses períodos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez dependem de 12 (doze) contribuições mensais.
- b) O salário-maternidade para as seguradas, que são contribuintes individuais, depende de 12 (doze) contribuições mensais.
- c) No caso da contribuinte individual, havendo parto antecipado, o período de carência será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.
- d) Independe de carência, por exemplo, a concessão da pensão por morte, do auxílio-reclusão, do salário-família e do auxílio-acidente.
- e) Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

**26.** Marque a alternativa CORRETA, quanto ao salário-família, nos termos da Lei nº 8.213/91:

- a) O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao doméstico na proporção do respectivo número de filhos.
- b) O aposentado por invalidez ou por idade não terá direito ao salário-família.
- c) O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.
- d) O pagamento de cotas do salário-família, embora feito pela empresa mensalmente, não o será juntamente com o salário.
- e) A cota do salário-família será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

**27.** Com supedâneo na Lei nº 8.213/91, que traz premissas acerca do auxílio-doença, analise as alternativas abaixo, marcando (V) para o que for verdadeiro e (F) para o que for falso:

( ) Será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

( ) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

( ) O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

( ) Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.

( ) Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

a) V – V – F – V – V

b) V – F – F – F – F

c) V – V – V – V – V

d) V – V – F – F – F

e) F – F – F – F – F

**28.** Consoante a Lei nº 8.213/91, assinale a afirmativa CORRETA, acerca do auxílio-acidente:

a) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado, quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

b) O auxílio-acidente mensal corresponderá a 30% (trinta por cento) do salário-de-benefício e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

c) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, sendo possível sua acumulação com qualquer aposentadoria.

d) O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

e) A perda da audição somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

**29.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto à Carteira de Trabalho e Previdência Social, é INCORRETO afirmar:

- a) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
- b) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta. Inexistindo convênio com os órgãos indicados ou na inexistência destes, poderá ser admitido convênio com sindicatos para o mesmo fim.
- c) Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emitente, onde será identificado e prestará as declarações necessárias.
- d) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de setenta e duas horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.
- e) Recusando-se a empresa a fazer as anotações devidas ou a devolver a Carteira de Trabalho e Previdência Social recebida, poderá o empregado comparecer, pessoalmente ou por intermédio de seu sindicato, perante a Delegacia Regional ou órgão autorizado, para apresentar reclamação.

**30.** Analise as afirmativas com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e assinale V (para verdadeiras) e F (para falsas).

( ) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

( ) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas) horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

( ) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

( ) O salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho por 30 (trinta) vezes o número de horas dessa duração. Sendo o número de dias inferior a 30 (trinta), adotar-se-á para o cálculo, em lugar desse número, o de dias de trabalho por mês.

( ) No caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido, dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, pelo número de horas de efetivo trabalho.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V – F – F – V – V
- b) V – F – V – V – V
- c) V – V – F – F – F
- d) V – V – V – V – V
- e) F – F – F – F – F

- 31.** Com relação ao período de descanso, estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa CORRETA:
- a) Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.
  - b) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual deverá sempre coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
  - c) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, quinzenalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.
  - d) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder 2 (duas) horas.
  - e) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.
- 32.** Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale abaixo a alternativa que apresenta, CORRETAMENTE, o tempo equivalente a 1 (uma) hora noturna de trabalho:
- a) 52 minutos e 30 segundos.
  - b) 50 minutos e 30 segundos.
  - c) 52 minutos.
  - d) 50 minutos.
  - e) 53 minutos e 30 segundos.
- 33.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considera-se noturno:
- a) O trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.
  - b) O trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas e 30 minutos horas do dia seguinte.
  - c) O trabalho executado entre as 23 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
  - d) O trabalho executado entre as 23 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.
  - e) O trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

**34.** Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), art.76, no que diz respeito ao conceito de salário mínimo, analise as assertivas abaixo:

- I. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene, saúde, lazer e transporte.
- II. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, saúde e transporte.
- III. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Com base em sua análise, está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) III.
- b) I.
- c) II.
- d) I e II.
- e) II e III.

**35.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. A respeito desta afirmativa, analise as assertivas abaixo:

- I. Terá direito o empregado a 30 (trinta) dias corridos de férias, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes ao ano; a 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias, quando houver obtido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas ao ano.
- II. Terá direito o empregado a 18 (dezoito) dias corridos de férias, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas; a 12 (doze) dias corridos, quando houver obtido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.
- III. Serão descontadas do empregado as faltas ao serviço no cálculo de férias.
- IV. O período das férias não será computado como tempo de serviço.

Está CORRETO o que se afirma na seguinte alternativa:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**36.** Com relação à Concessão das férias, é CORRETO afirmar:

- a) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
- b) Somente em casos excepcionais, serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias corridos.
- c) Aos menores de 16 (dezesesseis) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.
- d) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação, o interessado dará recibo.
- e) O empregado não poderá entrar no gozo das férias sem que apresente ao empregador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão. A concessão das férias será, igualmente, anotada no livro ou nas fichas de registro dos empregados.

**37.** O empregado João Maurício Correia de Lima, comerciário, foi contratado por uma determinada empresa no dia 01/06/2011. É CORRETO afirmar que o período aquisitivo de férias deste empregado será:

- a) De 01/06/2011 a 31/05/2013.
- b) De 01/06/2011 a 31/05/2012.
- c) De 02/06/2011 a 31/05/2013.
- d) De 02/06/2011 a 31/05/2012.
- e) De 01/06/2011 a 01/06/2012.

**38.** Após alcançar o período aquisitivo de férias, um empregado recebeu o aviso de férias no prazo devido e gozará férias entre 01/08/2011 a 30/08/2011. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono pecuniário, será efetuado até:

- a) 5 (cinco) dias antes do início do respectivo período de férias.
- b) 10 (dez) dias antes do início do respectivo período de férias.
- c) 2 (dois) dias antes do início do respectivo período de férias.
- d) 30 (trinta) dias antes do início do respectivo período de férias.
- e) 15 (quinze) dias antes do início do respectivo período de férias.

**39.** O Contrato de experiência é caracterizado por um contrato por tempo determinado. A respeito do contrato de experiência, é CORRETO afirmar:

- a) O contrato de experiência não poderá exceder de 120 (cento e vinte) dias.
- b) O contrato de experiência não poderá exceder de 30 (trinta) dias.
- c) O contrato de experiência não poderá exceder de 60 (sessenta) dias.
- d) O contrato de experiência não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias.
- e) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.

- 40.** Nas alternativas abaixo, são apresentadas algumas situações em que, de acordo com o artigo 473, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário. Qual está INCORRETA?
- a) Até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
  - b) Até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - c) Por 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
  - d) Até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
  - e) Nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- 41.** De acordo com legislação trabalhista, a respeito das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, deverão ser efetuadas:
- a) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou até o quinto dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização desse aviso ou dispensa de seu cumprimento.
  - b) Até o quinto dia útil imediato ao término do contrato ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização desse aviso ou dispensa de seu cumprimento.
  - c) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou até o trigésimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização desse aviso ou dispensa de seu cumprimento.
  - d) Até o décimo dia útil imediato ao término do contrato ou até o trigésimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização desse aviso ou dispensa de seu cumprimento.
  - e) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização desse aviso ou dispensa de seu cumprimento.
- 42.** De acordo com a NR-6, que dispõe sobre Equipamento de Proteção Individual (EPI), uma das competências do órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é:
- a) Cadastrar o fabricante ou importador de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
  - b) Receber e examinar a documentação para emitir ou renovar o Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
  - c) Estabelecer, quando necessário, os regulamentos técnicos para ensaios de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
  - d) Recolher amostras de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
  - e) Emitir ou renovar o Certificado de Aprovação e o cadastro de fabricante ou importador.



**43.** No que se refere à NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se Equipamento de Proteção Individual (EPI) todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- b) O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação (CA), expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.
- c) A empresa, em qualquer circunstância, é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- d) Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), ouvida a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao risco existente em determinada atividade.
- e) Uma das responsabilidades do empregador é fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

**44.** No que se refere à NR-7, que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Educacional (PCMSO), analise as afirmativas abaixo:

- I. Deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
- II. Deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.
- III. Deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas serem objeto de relatório anual.

Está CORRETO o que se registra em:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I apenas.
- e) I, II e III.

**45.** Acerca da NR-17, que se refere à regulamentação da Ergonomia, marque (V) para o que for verdadeiro e (F) para o que for falso:

( ) Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho.

( ) Visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

( ) Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados sentados, deverá ser exigido suporte para os pés, que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

( ) Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados de pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais em que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas.

Marque a sequência CORRETA:

- a) V – V – F – V
- b) F – F – F – V
- c) V – V – V – F
- d) V – V – V – V
- e) F – F – F – F

**46.** De acordo com a NR- 15 (Atividades e Operações Insalubres), o exercício do trabalho em condições insalubres assegura ao trabalhador a percepção adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- a) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo; 15% (quinze por cento), para insalubridade de grau médio; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau máximo.
- b) 15% (quinze por cento), para insalubridade de grau mínimo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 30% (trinta por cento), para insalubridade de grau máximo.
- c) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 30% (trinta por cento), para insalubridade de grau máximo.
- d) 15% (quinze por cento), para insalubridade de grau mínimo; 30% (trinta por cento), para insalubridade de grau médio; 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo.
- e) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo.

**47.** A respeito da NR-16 (Atividades e Operações Perigosas), analise as afirmativas abaixo e assinale a questão CORRETA:

- a) O exercício do trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de até 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- b) O exercício do trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 20% (vinte por cento), para nível mínimo; 30% (trinta por cento), para nível médio; 40% (quarenta por cento), para nível máximo, incidente sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- c) O exercício do trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional a partir de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- d) O exercício do trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- e) O exercício do trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de até 15% (quinze por cento), para nível mínimo; 20% (vinte por cento), para nível médio; 40% (quarenta por cento), para nível máximo, incidente sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

**48.** A respeito do processo eleitoral para escolha dos representantes dos empregados da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme regulamenta a NR-5, analise as afirmativas e marque (V) para o que for verdadeiro e (F) para o que for falso:

( ) Compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término do mandato em curso.

( ) O Presidente e o Vice-Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) constituirão, dentre seus membros, no prazo mínimo de 55 (cinquenta e cinco) dias, antes do término do mandato em curso, a Comissão Eleitoral – CE, que será a responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral.

( ) O processo eleitoral deverá observar a seguinte condição: publicação e divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, antes do término do mandato em curso.

( ) Nos estabelecimentos onde não houver Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a Comissão Eleitoral será constituída pela empresa.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V – F – V – V
- b) V – V – V – V
- c) F – F – F – F
- d) V – F – F – V
- e) F – F – F – V

**49. NÃO é atribuição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA):**

- a) Elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho.
- b) Aplicar, no ambiente de trabalho, as recomendações quanto à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.
- c) Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho.
- d) Realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas.
- e) Divulgar, aos trabalhadores, informações relativas à segurança e saúde no trabalho.

**50. Considerando a regulamentação da NR-23 (Proteção contra Incêndios), assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis.
- b) Os locais de trabalho deverão dispor de duas saídas, permitindo, em caso de emergência, o seu abandono, com rapidez e segurança.
- c) O empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre: utilização dos equipamentos de combate a incêndio; procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança; dispositivos de alarme existentes.
- d) As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.
- e) Nenhuma saída de emergência deverá ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho. As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento.